

Introdução aos Estudos Históricos

Charles V. Langlois – Charles Seignobos

Título original: *Introduction aux études historiques*. França, 1897.

© da tradução: Antonio Fontoura. Proibida a reprodução total ou parcial deste texto, sem a devida autorização.

Imagem da capa: “Retrato de Pedro, duque de Bragança”, autor desconhecido, cerca de 1843; fonte: Wikimedia Commons: Portrait of Dom Pedro, Duke of Bragança, 2012. Disponível em <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Portrait_of_Dom_Pedro,_Duke_of_Bragan%C3%A7a_-_Google_Art_Project.jpg>.

antoniofontoura.com.br



antoniofontoura

Curitiba, 2017

Apresentação

Essa é uma tradução para o português de *Introduction aux études historiques*, de Charles Victor Langlois, e Charles Seignobos, obra publicada pela primeira vez na França em 1897. Este clássico da historiografia metódica francesa influenciou profundamente os estudos históricos no Brasil, não apenas acadêmicos, mas também escolares.

Na atualidade, continua presente na bibliografia de cursos de introdução à história, teoria da história, e história da historiografia. Porém, devido à dificuldade que havia em encontrar versões em português (a edição nacional data dos anos 1940), tornou-se um livro muito mais referenciado do que efetivamente lido; ou eram, quando muito – seguindo uma tradição dos estudos acadêmicos no país – disponibilizados aos estudantes apenas capítulos independentes que circulavam em cópias pessimamente fotocopiadas.

Desde a institucionalização de modelos metodológicos e teóricos mais recentes, as concepções metódicas tornaram-se exemplo recorrente de como a história *não* deveria ser feita: linearmente, quase que exclusivamente a partir de documentos escritos, fundada em uma concepção acidental de causalidade, além de ser sistematicamente ironizada por sua suposta ingenuidade cientificista, que objetivava atingir a verdade a partir de análises de *atos históricos* objetivos, acessíveis por meio do método.

A leitura dessa *Introdução aos Estudos Históricos* revelará que os metódicos, ou ao menos Langlois e Seignobos, eram mais do que isso. É possível que a dificuldade de acesso aos textos originais tenha contribuído para se fixasse entre os profissionais da história no Brasil, uma concepção da Escola Metódica criada, na verdade, pelos seus detratores. Muitos estudantes e outros tantos historiadores profissionais conhecem as ideias metódicas apenas por meio do que disseram seus críticos.

Se Langlois e Seignobos abordam temas que hoje podem nos parecer alienígenas (como é o caso da extensa discussão sobre o papel da erudição, ou a proposta de um trabalho histórico que seguisse a serialização da produção industrial), preocupações ainda atuais como a questão da verdade, a objetividade das fontes, a metodologia fundada em questões, os limites do conhecimento histórico, o papel social da história, a multiplicidade temporal, a necessária relação entre presente e passado, são tópicos que já se encontram discutidos aqui.

Questões teóricas e metodológicas que, justamente pelo desconhecimento dos clássicos, muitos acreditam terem bastante recentes, já faziam parte das discussões de Langlois e Seignobos. Recuperando seu

pensamento, temos condições de compreender melhor o processo de desenvolvimento da teoria histórica desde o século XIX, identificando formas de pensamento já superadas mas, também, redescobrir certas discussões, destacadas nessa *Introdução aos Estudos Históricos*, que ainda são significativas, e que em muitos aspectos foram negligenciadas por tradições teóricas posteriores.

Para a presente tradução foi utilizada a 4ª edição, publicada pela editora Hachette em 1900. A atualização do estilo dos autores foi feita de maneira parcimoniosa, de modo a não alterar demasiado a forma original de exposição dos temas.

Antonio Fontoura.

Sumário

ADVERTÊNCIA 7

LIVRO 1 – PRELIMINARES 16

- 1.A PESQUISA DE DOCUMENTOS (HEURÍSTICA) 16
- 2.AS CIÊNCIAS AUXILIARES 32

LIVRO 2 – OPERAÇÕES ANALÍTICAS 43

- 1.CONDIÇÕES GERAIS DO CONHECIMENTO HISTÓRICO 43

SEÇÃO 1: CRÍTICA EXTERNA (ERUDITA)

- 2.CRÍTICA TEXTUAL 48
- 3.INVESTIGAÇÃO CRÍTICA DA AUTORIA 58
- 4.CLASSIFICAÇÃO CRÍTICA DAS FONTES 67
- 5.A CRÍTICA ERUDITA E OS ERUDITOS 74

SEÇÃO 2: CRÍTICA INTERNA

- 6.CRÍTICA INTERPRETATIVA (HERMENÊUTICA) 92
- 7.CRÍTICA INTERNA NEGATIVA DA BOA FÉ E EXATIDÃO DOS AUTORES 101
- 8.A DETERMINAÇÃO DOS FATOS PARTICULARES 124

LIVRO 3 - OPERAÇÕES SINTÉTICAS 136

- 1.CONDIÇÕES GERAIS DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA 136
- 2.AGRUPANDO FATOS 149
- 3.RACIOCÍNIO CONSTRUTIVO 162
- 4.A ELABORAÇÃO DE SÍNTESES GERAIS 168
- 5.EXPOSIÇÃO 188

CONCLUSÃO 200

- APÊNDICE I – ENSINO SECUNDÁRIO DE HISTÓRIA NA FRANÇA 204
- APÊNDICE II – O ENSINO SUPERIOR DA HISTÓRIA NA FRANÇA 211

Advertência

O título deste livro é bastante claro. Entretanto, é conveniente expormos claramente o que propomos e o que não propomos; justamente por que sob o título *Introdução aos estudos históricos* vários livros diferentes já foram publicados.

Não quisemos apresentar, como fez W. B. Boyce¹, um resumo de história universal para uso de principiantes ou de pessoas apressadas.

Não quisemos adicionar outro livro à já abundante bibliografia sobre o que se denomina ordinariamente como “filosofia da história”. Intelectuais que, em sua maioria, não são historiadores de profissão, acabaram por fazer da história o tema de suas reflexões; acreditaram ter encontrado suas “constantes” e suas “leis”, descoberto “as leis que regem o desenvolvimento da humanidade” e terem “construído”, assim, “a ciência positiva da história”². Tão vastas elucubrações abstratas inspiram, não somente no público leigo, como nos especialistas, uma desconfiança *a priori* que é invencível. Fustel de Coulanges, como nos afirma uma recente biografia, era muito rigoroso em relação a uma filosofia da história; e tinha por semelhantes especulações a mesma aversão que sentem os positivistas em relação aos conceitos puramente metafísicos. Com ou sem razão (sem ela, certamente) a filosofia da história não tem sido cultivada por pessoas bem informadas, prudentes e de inteligência vigorosa, e está sendo desacreditada. Que seus adeptos, bem como aqueles que por ela não se interessam, fiquem advertidos: não terão espaço nesse livro³.

¹ Fonte: W. B. Boyce, *Introduction to the Study of History, Civil, Ecclesiastical and Literary*. London, 1884.

² O caso é semelhante a J. B. Bouchez, em sua *Introduction à la science de l'histoire*, Paris, 1842, 2 vols.

³ Na história das tentativas de compreender e explicar, a partir de um ponto de vista filosófico, a história da humanidade, destaca-se o nome de Robert Flint. Flint chegou a escrever uma história da filosofia da história nos países francófonos: *Historical Philosophy in France and French Belgium and Switzerland* (Edimburgo e Londres, 1893). O primeiro volume trata da edição ampliada de sua *História da filosofia da história na Europa*, publicada vinte e cinco anos atrás. Veja a parte retrospectiva (ou histórica) da obra de N. Marselli *La scienza della storia*, I, Turim, 1873. A obra original mais significativa publicada na França após o surgimento do repertório analítico de R. Flint é a de Paul Lacombe, *De l'histoire considérée comme science*, Paris, 1894. Cf. *Revue Critique*, 1895, I, p. 132.

Nós nos propomos aqui a examinar as condições e a metodologia, além de indicar o caráter e os limites, da pesquisa histórica. Como chegamos a saber, sobre o passado, aquilo que é importante saber sobre ele? O que é um documento? Como utilizamos os documentos para escrever história? O que são fatos históricos? E como devemos organizá-los para escrever uma obra histórica? Qualquer pessoa que se ocupa da história pratica, de forma mais ou menos consciente, executa complexas tarefas de crítica e organização, de análise e síntese. Mas os principiantes, e a imensa maioria daqueles que jamais refletiram sobre os fundamentos metodológicos das ciências históricas, recorrem, para realizar suas operações, a métodos intuitivos que não possuem procedimentos racionais, nem conduzem usualmente à verdade científica. Assim, faz-se necessário conhecer e justificar a teoria dos procedimentos verdadeiramente racionais, consolidada em alguns de seus aspectos, mas ainda não alcançada em pontos de importância capital.

Esta *Introdução aos estudos históricos* não será um resumo de conceitos já conhecidos ou um sistema de ideias gerais sobre a história universal, mas um ensaio sobre a metodologia das ciências históricas.

Vejamos a seguir por que acreditamos ser oportuno escrever este livro, e com qual espírito decidimos fazê-lo.

I. Os livros que tratam da metodologia das ciências históricas são quase tão numerosos, embora não gozem de muito crédito, quanto os de filosofia da história. Os especialistas os desdenham. Resumindo uma opinião bastante difundida, conta-se de um especialista que dizia: “Queres escrever um livro sobre filologia; pois bem, escreva um bom livro de filologia. E quando me perguntam: ‘o que é filologia?’ respondo: ‘é o que faço’⁴. Acreditava expressar nada mais que um lugar comum o crítico que, em relação aos *Précis de la science de l'histoire* de J. G. Droysen, afirmou: “em geral, estes livros são forçosamente obscuros e inúteis: obscuros porque não há nada mais vago que seu objeto; e inúteis, posto que é possível ser historiador sem se preocupar com os princípios da metodologia histórica que pretendem expor”⁵. Parecem bastante fortes os argumentos destes detratores da

⁴ Trecho em *Revue critique d'Histoire et de Littérature*, 1892, I, p. 164.

⁵ Origem: *Ibid.*, 1888, II, p. 295. Cf. “Le moyen âge”, 1897, X, p. 91. “Tais livros [os tratados de metodologia histórica] são lidos apenas por aqueles para quem poderia ser de utilidade, isto é, apaixonados que entretêm seus momentos de ócio com investigações históricas. Em relação aos pesquisadores profissionais, através das lições de seus professores, assimilaram os instrumentos de trabalho e o modo de

metodologia. Podem ser resumidos nos seguintes termos: de fato, há aqueles que praticam de forma manifesta bons métodos, e que são reconhecidos como eruditos ou historiadores de primeira ordem, sem terem jamais estudado os princípios do método; da mesma forma, não está claro que aqueles que estudaram, a partir do pensamento lógico, a metodologia do método histórico, tenham adquirido qualquer vantagem; e inclusive há eruditos e historiadores que são incapazes ou mediocres. Isso não é nada surpreendente. Afinal, antes de serem realizadas pesquisas originais em química ou em matemática, nas ciências propriamente ditas, estuda-se a teoria dos métodos adequados a essas ciências? A crítica histórica! A melhor forma de aprendê-la é a prática; aprende-se de sobra praticando⁶. Repassemos, por outro lado, o que tem sido escrito sobre metodologia histórica, mesmo recentemente, por J. G. Droysen, E. A. Freeman, A. Tardiff, U. Chevalier, etc.: não encontraremos ideias claras, senão verdades evidentes por elas mesmas⁷.

utilizá-los, constatando que a metodologia da história é a mesma que a das demais das ciências baseadas na observação, que pode ser resumida em poucas palavras.”

⁶ Uma situação que se deve, sem dúvida, ao princípio de que o método histórico pode ser ensinado a partir do exemplo; por isso, L. Mariani deu um tanto alegremente o título de Curso prático de metodologia histórica a uma dissertação sobre um aspecto pontual da história da cidade do Fenno. Veja o *Archivio della Società romana di storia patria*, XII, 1890, p. 211.

⁷ *Revue Critique*, 1887, I, p. 376 apresenta uma crítica da obra de E. A. Freeman, “The methods of historical studies”. A obra, afirma o crítico, não tem sustentação e é vazia. Nela nos diz “que a história não é uma disciplina tão fácil como acreditam os ignorantes; que está relacionada a todas as ciências, e que os autênticos historiadores deveriam saber de tudo; que em matéria de história não é possível alcançar a certeza absoluta, e que para nos aproximarmos dela o máximo possível é necessário recorrer constantemente às fontes originais; que se deve conhecer e seguir os melhores dentre os historiadores modernos, mas sem jamais aceitar quanto têm escrito como se fosse o Evangelho. Isso é tudo. Conclusão: Freeman, “sem dúvida ensinou melhor o método histórico pela prática do que a partir da teoria”. Veja Bouvard e Pécuchet, de Gustave Flaubert. Bouvard e Pécuchet são dois infelizes que, dentre outros projetos, concebem o de escrever história. Para ajudá-los, um amigo apresenta a eles “normas críticas tiradas do *Cours* de Daunou”, que são: “Citar como prova o quanto diz o vulgo (ninguém venha a lhes contradizer); negar o impossível (fizeram com que Pausânias visse a pedra devorada por Saturno); estar atentos à habilidade dos falsários, e o objetivo de apologistas e caluniadores”. A obra de Daunou possui semelhantes e igualmente risíveis truismos.

Reconhecemos que, a partir de certo ponto de vista, essas ideias não devem ser rapidamente descartadas. A imensa maioria do que se escreve sobre o método da pesquisa histórica e sobre a arte de escrever história – que se conhece, na Alemanha e na Inglaterra, como *Historik* –, é superficial, insípida, ilegível e mesmo ridícula⁸. Para começar, as obras anteriores ao século XIX, analisadas amplamente por P. -C. -F. Daunou no tomo VII de seu *Cours d'études historiques*⁹, não são mais do que simples tratados de retórica, e de uma retórica superada, em que se discute com absoluta seriedade os problemas mais extravagantes¹⁰. Daunou as ridiculariza de maneira astuta, mas ele mesmo não se sai melhor em sua monumental obra, já que atualmente não pode ser considerada útil, nem supera as obras de tempos passados¹¹. Quanto aos modernos, é bem verdade que nem todos

⁸ A obra de R. Flint (p. 15) apresenta uma autocongratulação, por não ter tido que estudar a bibliografia desse modelo histórico, posto que “boa parte dela resulta tão banal e superficial que, com muita dificuldade, deve ter servido de algo às pessoas de mais limitadas aptidões, e pode ser já lançada a um discreto esquecimento sem inconveniente algum”. Não obstante, incluiu em seu livro uma relação sumária das principais obras do gênero nos países francófonos desde suas origens. Uma visão mais geral e completa (embora ainda muito limitada) de uma perspectiva internacional nos é oferecida pelo *Lehrbuch der historischen Methode* de E. Bernheim (Leipzig, 1894, pp. 143 e ss.). Flint, que trabalhou com obras desconhecidas de Bernheim, chega até 1893, e Bernheim até 1894. Desde 1889 se pode consultar no *Jahresherichte der Geschichtswissenschaft*, uma resenha periódica das publicações recentes sobre metodologia histórica.

⁹ O tomo VII apareceu em 1844. Mas o célebre *Cours* de Daunou foi utilizado no *Collège de France* entre 1819 e 1830.

¹⁰ Os italianos da renascença (Mylaeus, Francesco Patrizi, etc.) e os autores dos dois últimos séculos, perguntam-se pela relação da história com a dialética e a retórica; pelas leis às quais está sujeito o gênero histórico; pela conveniência de que o historiador relate traições, maldades, crimes e desordens; se por acaso convém à história outro gênero que o sublime, etc. Os únicos livros do gênero *Historik* publicados antes do século XIX que refletem um esforço original por abordar os autênticos problemas são os de Lenglet du Fresnoy (*Méthode pour étudier l'histoire*, Paris, 1713) e J. M. Chladenius (*Allgemeine Geschichtswissenschaft*, Leipzig, 1752). E. Bernheim (op. cit., p. 166) cita o de Chladenius.

¹¹ Ele não apresenta nem mesmo bom senso, posto que lemos no *Cours d'études historiques* (VII, p. 105) a propósito do tratado *De l'histoire*, publicado em 1670 por Le Moynes, obra no melhor dos casos extremamente frágil, e que possui sintomas evidentes de senilidade: “Não pretendo absolutamente fazer minhas, quantas máximas e preceitos encerra este livro; mas acredito que após o de Lucien é o melhor; e duvido

conseguiram evitar os dois problemas do gênero: a obscuridade e a banalidade. O *Grundriss der Historik* de J. G. Droysen, traduzido ao francês sob o título de *Précis de la science de l'histoire* (Paris, 1888) é pesado, pedante e tão confuso quanto se possa imaginar¹². Freeman, Tardiff, Chevalier também nada dizem que não seja elementar e previsível. Ainda podemos ver como seus discípulos discutem, até não mais poder, questões ilógicas: se a história é uma arte ou uma ciência, quais são as funções da história, qual sua utilidade, etc. Por outro lado, é bem verdade que a maioria dos eruditos e dos historiadores atuais são, do ponto de vista do método, autodidatas, formados simplesmente pela prática ou pela imitação de seus professores e seu relacionamento com eles.

Muito do quanto se tem escrito a respeito dos princípios do método justifica a desconfiança geral dirigida a livros desta espécie, e a maioria dos profissionais da história pode prescindir, sem problemas aparentes, da reflexão sobre o método histórico; mas é excessivo concluir, em nossa opinião, que eruditos e historiadores (e, sobretudo, os futuros eruditos e historiadores) não necessitam conhecer absolutamente os procedimentos do trabalho histórico. De fato, nem toda literatura metodológica carece de valor: lentamente foi acumulando um conjunto de observações astutas e regras precisas, ditadas pela experiência, que não são mero senso comum¹³. E se existem pessoas que, por um dom natural, raciocinam de maneira correta sem ter aprendido a raciocinar, seria fácil opor a tais exceções casos inumeráveis nos quais a ignorância da lógica, a utilização de procedimentos irracionais, e a ausência de reflexão sobre os requisitos da análise e da síntese em história, prejudicaram profundamente a tarefa de eruditos e historiadores.

Na realidade, a história é sem dúvida a disciplina em que mais se faz necessário que seus profissionais tenham uma clara consciência da

muito que algum de quantos estarei por conhecer cheguem à sua altura quanto à filosofia e originalidade". H. Chérot julgou com maior equanimidade o tratado *De l'histoire* em seu *Étude sur la vie et les oeuvres du P. Le Moyne*, Paris, 1887, pp. 406 e ss.

¹² E. Bernheim afirma, porém (op. cit., p. 177) que esta obra é a única que, em seu julgamento, "reflete o estado atual da ciência" (auf der jetzigen Höhe der Wissenschaft steht).

¹³ Como bem afirma R. Flint (op. cit., p. 15), "The course of Historic has been, on the whole, one of advance from commonplace reflection on history towards a philosophical comprehension of the conditions and processes on which the formation of historical science depends".

metodologia que utilizam. A razão para isso é que, em história, os métodos instintivos de trabalho não são, e não nos cansaremos de repetir isso, métodos racionais; faz-se necessário uma preparação específica para resistirmos a certos impulsos iniciais. Além disso, os métodos racionais utilizados para alcançar o conhecimento histórico diferem bastante dos procedimentos das demais ciências, sendo necessário termos presente suas características específicas, para que evitemos cair na tentação de aplicar à história os métodos de outras ciências já constituídas. É por esta razão que se explica que os matemáticos e os químicos podem prescindir, mais facilmente que os historiadores, de uma “introdução” a seus estudos.

Não há necessidade de continuar insistindo sobre a utilidade da metodologia histórica, posto que tem sido menosprezada. Mas devem ser explicados os motivos que nos conduziram a escrever a presente obra. Há cinquenta anos, um grande número de homens inteligentes e criteriosos tem refletido sobre os métodos das ciências históricas; naturalmente, figuram entre eles numerosos historiadores, professores universitários, melhor situados que os demais para advertir as necessidades intelectuais da juventude, mas, além deles, também profissionais da lógica, e mesmo romancistas. Fustel de Coulanges teria iniciado, a esse respeito, na universidade de Paris, tal discussão; “ele se esforçava – assim contam – em reduzir as regras metodológicas a fórmulas extremamente precisas; acreditava que não havia nada mais fundamental do que ensinar aos estudantes a alcançar a verdade”¹⁴. Dentre esses profissionais havia aqueles que, como Renan¹⁵, contentaram-se em formular observações, rapidamente, em obras de caráter geral ou textos específicos¹⁶; outros, como Fustel de Coulanges, Freeman, Droysen, Lorenz, Stubbs, De Smedt, Von Pflugk-Harttung, etc., esforçaram-se em expor, em obras específicas, suas reflexões

¹⁴ F. Guiraud, na *Revue des Deux Mondes*, 1-3-1896, p. 75.

¹⁵ Em *L'avenir de la science* (Paris, 1890), escrito em 1848, Renan formulou algumas das observações mais exatas e definitivas expressas a propósito das ciências históricas.

¹⁶ Algumas interessantes observações minhas, claras e de maior alcance sobre o método nas ciências históricas, não foram formuladas nos tratados de metodologia, mas nas revistas (cujo expoente máximo seria a *Revue Critique d'Histoire et de Littérature*) dedicadas às críticas dos livros que vão aparecendo sobre história e pesquisa. Folhear a coleção da *Revue Critique* é um exercício saudável “para impor respeito ao método, para pôr em evidência os maus livros, para descartar as divagações e o trabalho inútil”.

a respeito desta matéria. Existe uma grande quantidade de livros, de “aulas inaugurais”, de “discursos acadêmicos” e artigos de revista publicados em todos os países, especialmente na França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Itália, sobre a metodologia ou algum de seus aspectos. Pode-se afirmar: não seria um trabalho inútil recolher essas observações dispersas, quase perdidas, em tantos livros e brochuras. Mas esta importante tarefa não está mais por fazer; ao contrário, tem sido realizada com o maior cuidado. Ernst Bernheim, professor da universidade de Greifswald, rastreou quase a totalidade dos escritos modernos sobre metodologia da história; seu trabalho gerou frutos: agrupou, conforme esquemas claros, e em grande parte inéditos, uma grande quantidade de considerações e referências. Seu *Lehrbuch der historischen Methode* (Leipzig, 1894)¹⁷ condensa, da maneira habitual aos *Lehrbücher* alemães, a bibliografia especializada sobre o tema. Não foi nossa intenção refazer o que já havia sido feito. Mas nos pareceu que nem tudo foi dito, mesmo após sua laboriosa e competente compilação. Em primeiro lugar, Bernheim aborda amplamente as questões metafísicas que cremos serem desprovidas de interesse; e, por outro, jamais adota pontos de vista, críticos ou práticos, que nos parecem mais interessantes. Além disso, a doutrina do *Lehrbuch* é razoável, mas falta a ela vigor e originalidade. Por último, o *Lehrbuch* não se dirige ao grande público; é inacessível, (por conta do idioma ou da forma), à imensa maioria do público francês. Isto basta para justificar nosso projeto de escrever a presente obra, em lugar de apenas recomendarmos aquela de Bernheim¹⁸.

II. Esta *Introdução aos estudos históricos* não tem a pretensão de ser, como o *Lehrbuch der historischen Methode*, um tratado de metodologia histórica¹⁹. Trata-se de um esboço sumário. Iniciamos sua escrita no início do ano escolar de 1896-97, visando apresentar aos novos estudantes da Sorbonne no que consistem, e como deveriam ser, os estudos históricos.

Temos constatado há muito, por experiência, a urgente necessidade de preliminares dessa espécie. A maior parte daqueles que se matriculam no curso de história, de fato, fazem-no sem saber por que, e sem jamais se

¹⁷ A primeira edição do *Lehrbuch* é de 1889.

¹⁸ O melhor publicado até hoje em francês sobre o método histórico é um folheto de Ch. e V. Mortet, *La Science de l'histoire* (Paris, 1894, 88 pp.) extraído do tomo XX da *Grand encyclopédie*.

¹⁹ Um de nós, Charles Seignobos, pensa publicar um tratado completo de metodologia histórica, supondo que conte com leitores interessados em semelhante obra.

perguntaram se estariam preparados para os trabalhos históricos, sendo frequentemente ignorantes de sua natureza. Usualmente, muitos se matriculam no curso pelos motivos mais fúteis: porque durante o colégio obtiveram boas notas em história²⁰; porque experimentam sobre as coisas do passado a atração romântica que já foi comum, semelhante à vocação de Augustin Thierry; às vezes, também, pela ilusão de que a história é uma disciplina relativamente fácil. É muito importante que tais vocações pouco adequadas sejam o quanto antes esclarecidas e postas à prova.

Tendo dado aos estudantes recém chegados uma série de conferências, tais como “Introdução aos estudos históricos”, pensamos que, uma vez revisadas, estas conferências poderiam ser úteis para outros iniciantes. Os eruditos e os historiadores profissionais não aprenderão nada de novo, sem dúvida; mas se encontrasse tão somente utilidade no estímulo a uma reflexão sobre a profissão que alguns deles praticam de maneira mecânica, teríamos alcançado um importante objetivo. Quanto ao público, leitor das obras de historiadores, não seria desejável saber como são escritas, para que possam melhor julgá-las?

Não nos dirigimos unicamente, como Bernheim, aos especialistas presentes e futuros, mas também ao público que se interessa pela história. Coube a nós elaborar uma obra concisa, clara, e tão pouco técnica quanto possível. Mas, nestas matérias, quando se é conciso e claro, corre-se o risco de parecer superficial. Banal e obscura, tal é, como dissemos antes, a pouco estimulante alternativa que nos ameaça. Sem nos desestimular pelas dificuldades, que acreditamos não sejam insuperáveis, procuramos dizer com clareza o que tínhamos a dizer.

²⁰ Não nos cansaremos de repetir que a história, tal como se estuda nas escolas, não exige qualidades que os estudos históricos demandam no plano universitário e profissional. Para Julien Havet, que se dedicaria aos estudos históricos críticos, a história escolar é aborrecida. “Acredito, diz Havet, que o ensino da história [na escola] não se apresenta de modo que desperte o espírito científico [...] Considerando-se as disciplinas que abrangem o programa da escola, a história é a única que não requer permanente atenção por parte do aluno. Quando estuda latim ou alemão, cada frase de uma tradução proporciona uma ocasião para comprovar por si mesmo uma dúzia de normas. Nos diferentes ramos das matemáticas, jamais se alcança resultado algum sem sua demonstração correspondente; os “problemas”, por outro lado, obrigam ao aluno a refletir. Onde estão os problemas em história, em que aluno se viu na necessidade de elucidar os encadeamentos dos fatos?” (*Bibliothèque de l'École des Chartes*, 1896, p. 84).

A primeira metade do livro se deve a Charles-V. Langlois, e a segunda a Charles Seignobos; mas os dois colaboraram constantemente juntos, ajudando um ao outro, coordenando e se corrigindo mutuamente²¹.

²¹ Charles-V. Langlois escreveu o livro I, e o II até o capítulo 6.º; o Apêndice II e a Advertência. Charles Seignobos a parte final do livro II, o livro III completo e o apêndice I. O capítulo 1.º do livro II, o 5.º do livro III e a Conclusão foram redigidos conjuntamente.

LIVRO 1 – PRELIMINARES

1. A pesquisa de documentos (heurística)

A história se faz com documentos. Os documentos são vestígios deixados pelos pensamentos e atos das pessoas do passado. Entre os pensamentos e atos humanos, são poucos os que deixam vestígios visíveis, e esses, assim que são produzidos, raramente são duradouros: um mínimo acidente pode apagá-los. Todo pensamento ou todo ato que não deixa vestígios, diretos ou indiretos, ou cujos vestígios acabam por desaparecer, estão perdidos para a história; é como se jamais tivessem existido. Sem documentação, imensos períodos do passado da humanidade serão sempre desconhecidos. Não se pode substituir os documentos: sem documentos, sem história.

Para associar adequadamente um documento com o fato que é seu vestígio, devem ser adotadas numerosas precauções, indicadas mais adiante. Mas, sem dúvida, previamente a qualquer exame crítico e a qualquer interpretação de documentos, coloca-se a questão de sabermos se existem documentos, e caso existam, quantos são e onde estão. Se imaginamos investigar certo acontecimento na história²², seja ele qual for, começaremos por nos informar sobre o lugar ou lugares onde estão os documentos necessários para estudá-lo, supondo que existam. Buscar e encontrar os documentos são a primeira parte, e uma das principais, do ofício de historiador. Na Alemanha recebe o nome de heurística (*Heuristik*), termo conveniente por sua brevidade. É necessário demonstrar a importância capital da heurística? Não, sem dúvida. É evidente que, se não for corretamente praticada, quer dizer, se não se consegue encontrar, antes de iniciar uma pesquisa histórica, todas as referências disponíveis, aumentam-se bastante as chances (já numerosas, de toda maneira) de trabalhar a partir de dados insuficientes: obras de erudição ou história, preparadas conforme as normas metodológicas mais exatas, seriam prejudiciais, quando não inteiramente inúteis, por conta da simples circunstância material de que o autor desconhecia documentos que deveria ter à mão (e ficaria feliz em tê-los), que

²² Na prática, o mais comum, não é propor e investigar determinado evento sem saber se existe a documentação que permita estudá-lo. Inversamente, um documento encontrado por acaso incita a aprofundar o tema histórico correspondente, e a copiar com tal fim documentos do mesmo gênero.

poderiam ter ilustrado, complementado ou desacreditado aqueles que utilizou. Considerando-se a igualdade nas demais situações, a superioridade dos eruditos e historiadores de hoje frente aos de séculos passados reside no fato de que estes últimos não dispunham de tantos recursos para se manter tão bem informados como existem na atualidade²³. A heurística, de fato, é hoje muito mais fácil que em outras épocas, ainda que o bom Wagner esteja correto quando afirma:

*Wie schwer sind nicht die Mittel zu erwerben
Durch die man zu den Quellen steigt*²⁴.

Começaremos por explicar por que a tarefa de estabelecer a documentação de maneira adequada continua sendo árdua, mesmo diante dos progressos realizados nos últimos cem anos; e como esta tarefa fundamental poderia ser simplificada por novos progressos.

I. Aqueles que, pela primeira vez, buscaram escrever uma história partindo das fontes, depararam-se com uma situação embaraçosa. Deveriam recontar os acontecimentos recentes, cujas testemunhas ainda viviam? Havia o recurso de entrevistar as testemunhas sobreviventes. Tucídides, Froissart e muitos outros, da Antiguidade até nossos dias, seguiram esse procedimento. Quando o historiador da costa do Pacífico, H. H. Bancroft, propôs-se a reunir uma documentação sobre determinados eventos, dos quais muitos protagonistas ainda viviam, não poupou gastos, e ergueu um exército de colaboradores para que iniciassem conversas com eles²⁵. Mas, como fazer no caso de acontecimentos antigos, dos quais as testemunhas não mais vivem, e a tradição oral não tenha preservado qualquer memória? Não caberia outro meio senão reunir todo tipo de documentos, preferencialmente escritos, relativos ao passado longínquo que se pretendia estudar. Algo difícil, posto que as bibliotecas eram raras, os arquivos secretos, e os documentos estavam dispersos. H. H. Bancroft, que se encontrava, por volta de 1860, na Califórnia, em situação semelhante a de nossos primeiros historiadores, agiu da seguinte maneira: sendo rico, acabou adquirindo, sem se importar com

²³ É lamentável ver como os melhores eruditos da Antiguidade arduamente, ainda que de maneira vã, lutaram para resolver dificuldades nas quais jamais haveriam tropeçado se lhes estivesse disponível uma documentação melhor. Mas, nem mesmo a mais perspicaz inteligência pode suprir a falta de determinados recursos materiais.

²⁴ Fausto, ato I, cena 1ª

²⁵ Vide Ch.-V. Langlois, “H. H. Bancroft et Cie.”, na *Revue Universitaire*, 1894, I, p. 233.

valores, todos os documentos que se achavam à venda, impressos ou manuscritos; negociou com famílias ou empresas em dificuldades financeiras para a compra de seus arquivos, ou buscou autorização para que fossem copiados por seus auxiliares. Isso feito, armazenou sua coleção em um edifício construído para este propósito, organizando o que havia conseguido. Teoricamente, nada mais racional. Mas este procedimento eficiente, característico dos estadunidenses, com o espírito empreendedor e o conjunto de recursos que asseguraram seu êxito, não seria possível de ser aplicado em todas as situações; além disso, em diferentes lugares ou momentos teria sido simplesmente inviável. Em qualquer outro lugar, as coisas teriam se passado de forma diferente.

Na época do Renascimento, os documentos da Antiguidade e da Idade Média se achavam dispersos em um sem número de bibliotecas particulares e uma quantidade infinita de arquivos, muitos inacessíveis, sem mencionar aqueles que seguiam clandestinamente sem que ninguém suspeitasse de sua existência. Era uma tarefa materialmente impossível encontrar um inventário completo dos documentos úteis sobre um tema específico (por exemplo, a lista dos manuscritos conservados de uma obra antiga); e se por um milagre fosse possível obter essa lista, a consulta aos documentos teria exigido viagens e gastos intermináveis. As consequências são fáceis de prever. 1^a: A heurística lhes impunha dificuldades insuperáveis; os primeiros estudiosos e historiadores trabalharam não com todos os documentos, nem mesmo com os mais significativos, mas com aqueles que conseguiam encontrar, de modo que muitas vezes estiveram mal informados, e suas obras não têm interesse para nós senão na medida em que registraram documentos hoje perdidos. 2^o: Os primeiros estudiosos e historiadores relativamente bem informados foram aqueles que, por conta de sua profissão, tiveram acesso a bons arquivos: bibliotecários, arquivistas, religiosos, magistrados, cuja Ordem ou Associação contava com bibliotecas e arquivos significativos²⁶.

²⁶ Os antigos eruditos tiveram a percepção das condições em que trabalhavam. Sofriam significativamente com a insuficiência dos meios de pesquisas e de instrumentos de comparação. Alguns fizeram grandes esforços para reunir documentação. A troca abundante de cartas entre esses eruditos, nos últimos séculos, de que nossas bibliotecas conservam preciosos vestígios, são provas disso; bem como memórias de pesquisas científicas e de viagens em busca de documentos que, sob a denominação de *iter* (*iter italicum*, *iter germanicum*, etc.) estavam em voga.

É verdade que logo surgiram colecionadores que, apelando ao dinheiro, quando não a procedimentos mais questionáveis, como o furto, formaram, com objetivos mais ou menos científicos, seus próprios “gabinetes”, coleções de cópias e documentos originais. Mas tais colecionadores europeus, bastante numerosos a partir do século XV, eram muito diferentes de H. H. Bancroft. De fato, nosso californiano não recolheu senão documentos específicos de um assunto particular (a história de determinados Estados do Pacífico), e teve a ambição de organizar todos; a maior parte dos colecionadores europeus reuniu vestígios, fragmentos de todos os tipos e um pequeno número de documentos, se compararmos com o colossal volume que existia naquele tempo. Além disso, não foi, em geral, pelo desejo de colocá-los em domínio público que os Peiresc, Gaignières, Clairambault, Colbert, e tantos outros, retiraram de circulação documentos que corriam o risco de se perder: contentavam-se (o que já era louvável) em compartilhar, de forma mais ou menos altruísta, com amigos. Mas o humor dos colecionadores (e de seus herdeiros) é volúvel, e mesmo excêntrico. É certo que é preferível que os documentos estejam em coleções privadas que expostos a todo tipo de riscos e furtados por completo à pesquisa científica; mas para que a heurística seja verdadeiramente facilitada, a primeira condição é que todas as coleções de documentos sejam *públicas*²⁷.

Agora, as melhores coleções particulares de documentos – de bibliotecas e museus – estavam naturalmente, desde o Renascimento, nas casas reais da Europa. Dos tempos do antigo regime, as coleções reais permaneceram em sua maioria abertos, ou entreabertos, ao público. E enquanto as demais coleções eram com frequência vendidas quando seus proprietários faleciam, aquelas, por outro lado, não cessaram de se enriquecer: enriqueceram justamente com os restos das demais. O Gabinete de Manuscritos da França, por exemplo, formado pelos reis da França e colocados por eles à disposição do público, tinha, em fins do XVIII, absorvido a melhor parte das coleções reunidas por amadores e eruditos

²⁷ Assinalemos de passagem uma aberração pueril, mas muito naturalizada e frequente entre os colecionadores: tendem a exagerar o interesse intrínseco dos documentos que possuem, unicamente porque são os seus. Documentos encontrados casualmente são publicados, com grande luxo de comentários, pelos seus proprietários. Esses mesmos receberiam pouca atenção se fossem casualmente encontrados em um arquivo público. De resto, é apenas a manifestação de uma tendência geral: deve-se cuidar com aqueles documentos que nós mesmos possuímos ou descobrimos, para não inflarmos sua importância.

durante os dois séculos precedentes²⁸. O mesmo aconteceu em outros países. A concentração de um grande número de documentos históricos, em instituições públicas ou semi-públicas, foi o feliz resultado desse processo espontâneo.

Ainda mais favoráveis e benéficas para a melhoria das condições materiais da pesquisa histórica foram as ações revolucionárias. Na França, a Revolução de 1789, bem como movimentos análogos em outros países, buscou o confisco, pela violência e em benefício do Estado, ou seja, de todo mundo, de uma grande quantidade de arquivos e coleções particulares: arquivos, bibliotecas e museus da coroa, arquivos e bibliotecas de conventos e corporações desaparecidas, etc. Entre nós, em 1790, a Assembleia Constituinte colocou nas mãos do Estado uma quantidade prodigiosa de depósitos de documentos históricos até então dispersos, e guardados da curiosidade dos pesquisadores; essas riquezas foram mais tarde organizadas em diferentes organismos nacionais. Este mesmo processo se repetiu mais recentemente, em menor escala, na Alemanha, Espanha e Itália.

Nem as coleções do antigo regime, nem os confiscos revolucionários foram realizados sem perdas significativas. O colecionador é, ou muito frequentemente foi, um bárbaro que não hesitava, para enriquecer sua coleção com exemplares ou amostras raras, em mutilar monumentos, arrancar a folhas de manuscritos, mudar de lugar folhas de arquivos, visando se apropriar de certos fragmentos. Numerosos vandalismos semelhantes foram cometidos antes da Revolução. As ações revolucionárias, de confiscos e transferências, produziram também, naturalmente, consequências desastrosas: além da destruição pela negligência, ou mesmo pelo mero prazer de destruir, teve-se a ideia de fazer uma seleção sistemática dos documentos, e de não conservar nada além daqueles que fossem “interessantes” ou “úteis”, desprezando o resto. Essa atividade de seleção foi realizada por indivíduos animados de boas intenções, mas incompetentes e sobrecarregados, o que os levou a perpetrarem estragos irreparáveis nos antigos arquivos: na atualidade são realizados trabalhos que buscam (e que devem demandar um longo tempo, além de paciência, e cuidado) recompor os documentos dispersos, e devolver a seus locais os fragmentos separados pelo cuidado irrefletido daqueles que então manipularam, inclusive com brutalidade, os documentos

²⁸ Veja L. Delisle, *Le cabinet des Manuscrits de la Bibliotheque Nationole*, Paris, 1868-1881. 3 vols. As numerosas histórias de antigos arquivos surgidos recentemente têm como modelo este admirável trabalho.

históricos. Deve-se reconhecer que as mutilações causadas pelos colecionadores do Antigo Regime e pelas ações dos revolucionários são insignificantes se as compararmos com as produzidas pelos acidentes fortuitos e a ação natural do tempo. Fosse aquelas ações dez vezes mais graves, seriam totalmente compensadas por duas conseqüências bastante positivas, cuja importância não é demais destacar: 1º, a concentração, em um número relativamente reduzido de arquivos, de documentos até então dispersos, e dados como perdidos, em centenas de locais diferentes; 2º, o caráter público de tais arquivos. Desde então, aqueles antigos documentos históricos, em que pesem as destruições devidas à má sorte e ao vandalismo, encontram-se por fim em locais seguros, classificados, colocados à disposição do público, e tratados como parte de um patrimônio social.

Os documentos históricos antigos estão então hoje reunidos e conservados, em princípio, nos organismos públicos que denominamos arquivos, bibliotecas e museus. Na verdade não estão lá *todos* os documentos que existem, posto que, a despeito das constantes aquisições que a cada ano são realizadas, além das doações que arquivos, bibliotecas e museus vêm recebendo anualmente há um longo tempo, existem ainda coleções privadas, antiquários que comercializam documentos, e documentos que estão em circulação. Mas a exceção, cujo volume é negligenciável, não é, aqui, a regra. Todos os documentos antigos, em quantidade limitada, que ainda estão em circulação, acabarão, cedo ou tarde, em instituições do Estado, cujo proprietário compra sempre, mas jamais vende²⁹.

Em princípio é desejável que os lugares onde se guardam os documentos (arquivos, bibliotecas e museus) não sejam numerosos, e já dissemos que, felizmente, hoje são em muito menor quantidade se compararmos com centenas de anos atrás. A centralização de documentos, cujas vantagens para os pesquisadores são evidentes, não poderia ser ampliada? Não é verdade que existem ainda coleções de documentos para os quais é difícil justificar sua existência independente? Possivelmente³⁰; mas o

²⁹ Uma parte considerável de documentos ainda em circulação é resultado de roubos realizados em épocas passadas em instituições do Estado. As precauções adotadas na busca por evitar novas subtrações são hoje significativas e, assim, bastante eficazes. Quanto aos documentos modernos (impressos), as disposições relativas ao depósito legal, adotadas em quase todos os países civilizados, asseguram sua conservação nos arquivos públicos.

³⁰ Sabemos que Napoleão I concebeu o quimérico projeto de reunir em Paris os arquivos da Europa inteira e que enviou para lá arquivos do Vaticano, do Sacro

problema da centralização dos documentos não é grave nem urgente, por conta do aperfeiçoamento dos métodos de reprodução, e sobretudo após os inconvenientes da existência de uma multiplicidade de arquivos fossem em parte solucionados pela estratégia, atualmente usual, de permitir que os documentos se desloquem de um lugar a outro: é possível consultar, sem custo, na biblioteca pública da própria cidade onde se reside, documentos pertencentes a bibliotecas de São Petersburgo, Bruxelas ou Florença, por exemplo; cada vez mais raras são as instituições, como é o caso dos Arquivos Nacionais de Paris, do Museu Britânico de Londres ou da Biblioteca Méjanes de Aix-em-Provence³¹, cujos estatutos proibem categoricamente a retirada de seus documentos.

II. Posto que a maior parte dos documentos históricos está conservada hoje em instituições públicas (arquivos, bibliotecas e museus), a heurística seria extremamente facilitada se existissem bons inventários descritivos para todas as coleções de documentos, se catálogos fossem fornecidos com índices gerais, ou se repertórios (alfabéticos, sistemáticos, etc.) estivessem relacionados a eles; em uma palavra, se fosse possível consultar em qualquer lugar a colação completa de tais documentos e seus correspondentes índices. Entretanto, a heurística é ainda extremamente penosa, porque estas condições ainda estão bastante longe de terem sido realizadas a contento.

Em primeiro lugar, há depósitos de documentos (arquivos, bibliotecas e museus) cujo conteúdo nunca foi, nem mesmo parcialmente, catalogado, de

Império, da Coroa de Castela, etc., que mais tarde teve-se que restituir. Está fora de questão, hoje, confiscar arquivos. Mas os antigos arquivos notariais poderiam ser centralizados, como já se faz em alguns países, em espaços públicos. Não se explica por que, em Paris, os ministérios de Assuntos Exteriores, do Exército e da Marinha conservem documentos antigos cujo destino adequado seriam os arquivos nacionais. Seria possível citar um considerável número de anomalias desta espécie, que em alguns casos, não apenas dificultam como, mesmo, impedem a tarefa dos pesquisadores, pois é justamente nos pequenos depósitos, cuja existência é inútil, que encontramos os regulamentos mais restritivos.

³¹ O serviço internacional de empréstimo de documentos manuscritos funciona de modo regular (e gratuito para o público) na Europa, por meio das embaixadas. Além disso, a maior parte das instituições autoriza empréstimos: esta via é tão segura, e por vezes mais rápida, quanto a diplomática. Nestes últimos anos, os congressos de historiadores e bibliotecários incluíram com frequência em sua ordem do dia o problema do empréstimo (ou da saída das instalações em que se conservam) dos documentos originais. Os resultados obtidos até agora são muito satisfatórios.

modo que ninguém sabe o que há neles. São raros os depósitos de que possuímos catálogos descritivos completos; preservadas em importantes instituições, existem muitas coleções que só foram catalogadas em parte, e a maior parte delas ainda está para ser descrita³². Em segundo lugar, existe uma imensa variedade de catálogos! Existem modelos antigos que já não correspondem à atual classificação de documentos, e que não podem ser utilizados sem tabelas de consulta; existem novos catálogos, que são igualmente baseados em sistemas obsoletos, sendo alguns muito detalhados enquanto há outros muito sumários; alguns são impressos, outros manuscritos, em fichas ou folhas de registros; alguns são produzidos com todo cuidado, mas outros tantos são imperfeitos, inadequados e provisórios. Considerando-se os catálogos impressos, é necessária toda uma aprendizagem para que se possa aprender a diferenciar, nesta enorme massa de confusão, o que é confiável e o que não é; em outras palavras, para que possam ser usados de alguma maneira. Por último, onde estão os catálogos existentes para serem consultados? A maioria das grandes bibliotecas só possui coleções incompletas; não existe qualquer guia geral.

Esta é uma situação deplorável. Na verdade, os documentos contidos em depósitos e coleções que não estão catalogados acabam sendo, na prática, inexistentes para pesquisadores, que não têm tempo livre para pesquisar a totalidade de seus conteúdos por si mesmos. Como dissemos anteriormente: sem documentos, sem história. Mas a inexistência de bons catálogos descritivos significa, na prática, a impossibilidade de descobrir a existência de documentos senão por mero acaso. Percebemos que o progresso da história depende, em grande medida, do andamento do catálogo geral de documentos históricos que ainda é fragmentário e imperfeito. Sobre este ponto, há um consenso geral. Bernard de Montfaucon considerou sua *Bibliotheca bibliothecarum manuscriptarum nova*, uma coleção de catálogos de bibliotecas, como “o trabalho mais útil e mais interessante que produziu em toda a sua vida”³³. “No estado atual da ciência”, escreveu Renan em

³² Estas são, por vezes, grandes coleções que possuem um conjunto considerável de materiais; por isso, é comum a catalogação de pequenos arquivos, que exigem menor trabalho. É pela mesma razão que muitos cartulários curtos e insignificantes foram publicados, enquanto outros, de mais alta importância, por serem volumosos, continuam inéditos.

³³ Veja sua autobiografia, publicada por E. de Broglie, *Bernard de Montfaucon et les Bernardins*, II, Paris, 1891, p. 323.

1848, “nada teria mais urgência que um catálogo crítico dos manuscritos nas diferentes bibliotecas [...] uma tarefa aparentemente humilde; [...] e, ainda assim, as pesquisas dos estudiosos são difíceis e incompletas por conta da pendência da sua conclusão definitiva”³⁴. “Teríamos melhores livros sobre a nossa literatura antiga”, diz Meyer³⁵, “se os antecessores de Delisle [na sua qualidade de administrador da *Bibliothèque Nationale de Paris*] tivessem se aplicado com igual ardor e diligência à catalogação dos tesouros deixados a seus cuidados”.

Convém indicar brevemente as causas e as respectivas consequências exatas de um estado de coisas que tem sido lamentado há tanto tempo, embora esteja melhorando, ainda que lentamente. “Garanto a vocês”, disse Renan³⁶, “que com algumas poucas centenas de milhares de francos aplicadas, por um Ministro da Instrução Pública, ao propósito [de preparar catálogos], seriam melhor empregadas do que três quartos da soma atualmente dedicada à literatura”. É raro encontrar um ministro, na França ou em qualquer outro lugar, convencido desta verdade, e que esteja decidido a agir em função dela. Além disso, nem sempre seria correto afirmar que, a fim de obter bons catálogos, seria suficiente, bem como necessário, fazer um sacrifício pecuniário: só recentemente é que os melhores métodos de descrever documentos foram definitivamente fixados; a tarefa de recrutar trabalhadores competentes – sem grande dificuldade hoje em dia – não teria sido nem fácil nem livre de ansiedade em uma época em que esses trabalhadores eram mais raros do que são agora. Esses são os obstáculos materiais – falta de dinheiro e falta de pessoal. Mas, razões de outro gênero influenciaram. Os funcionários encarregados da administração de depósitos de documentos nem sempre exibiram o zelo que agora demonstram para tornar suas coleções acessíveis por meio de catálogos precisos. Preparar um amplo catálogo (que seja exato e, ao mesmo tempo sumário) é uma tarefa trabalhosa, ingrata e pouco recompensadora. Muitas vezes tem ocorrido que este funcionário, vivendo em virtude de seu trabalho, estando imerso em documentos que tem a liberdade de consultar a qualquer momento, e colocado em uma posição muito mais favorável que o público, para a utilização da coleção sem o auxílio de um catálogo, ao fazer descobertas, tenha preferido trabalhar por conta própria, ao invés de trabalhar para os

³⁴ E. Renan, *L'avenir de la science*, p. 217.

³⁵ *Romania*, 1892, XXI, p. 632.

³⁶ Op. cit.

outros, e faz da construção do tedioso trabalho de produção de um catálogo uma questão secundária em comparação a suas próprias pesquisas.

Quem são as pessoas que em nossos dias descobriram, publicaram, e anotaram o maior número de documentos? Os funcionários ligados aos depósitos de documentos. Sem dúvida, esta circunstância retardou o desenvolvimento de catálogos gerais de documentos históricos. A situação tem sido esta: as pessoas melhor capacitadas para não necessitar de catálogos eram precisamente aquelas cujo dever era produzi-los.

A imperfeição de catálogos descritivos produz consequências que merecem a nossa atenção. Por um lado, nunca podemos ter certeza de que nós esgotamos todas as fontes de informação; quem sabe o que pode existir nas coleções não catalogadas?³⁷ Por outro, a fim de obter o máximo de informações, é necessário que estejamos completamente familiarizados com os recursos fornecidos pela existente literatura da heurística, e dedicar uma grande parte do tempo com pesquisas preliminares. Na verdade, todo aquele

³⁷ H. H. Bancroft, em suas memórias, intituladas *Literary industries* (Nova Iorque, 1891) analisa com notável perspicácia determinadas consequências práticas das dificuldades da busca de documentos. “Suponha, diz ele, que um pesquisador inteligente decida escrever a história de Califórnia. Procura sem dificuldade uns quantos livros, lê-os, prepara suas notas; tais livros remetem a outros, que consulta nas bibliotecas públicas de sua cidade. Passam-se anos, quando percebe que não conta senão com uma décima parte das fontes necessárias; faz viagens, mantém correspondência, mas ao fim desiste de esgotar a matéria, e consola seu orgulho e sua consciência com a desculpa de que a maior parte dos documentos que não pôde consultar é provavelmente pouco importante, como tantos outros que consultou. Quanto aos jornais e a multidão de registros oficiais do governo dos Estados Unidos que fazem referência a circunstâncias curiosas para uma história californiana, sequer sonhou, se tiver bom senso, em explorá-los; pesquisou uns quantos; sabe bem que cada um de tais campos de investigação demandaria o trabalho de vários anos, e que impor-se como tarefa estudá-los do princípio ao fim seria como condenar a si mesmo um trabalho cansativo que jamais terá fim. Em que concerne os testemunhos orais e manuscritos, anotará algumas anedotas inéditas, conforme as conversações; obterá algumas informações novas; encontrará documentos em papéis familiares; utilizará tudo isso nas justificativas de seu livro. Dará com algum ou outro documento curioso nos depósitos do Estado; mas como seriam necessários quinze anos para examinar os recursos desse depósito, se contentará com uma pesquisa superficial. Passa, a seguir, à escrita. Deverá prevenir o público de que não consultou *todos* os documentos; ao contrário, dará importância a todos que conseguiu encontrar após vinte e cinco anos de trabalho constante...”

que se propõe a recolher documentos para a discussão de um tema histórico começa consultando índices e catálogos³⁸. Principiantes realizam esta importante operação tão lentamente, com tão pouca habilidade, e com tanto esforço, que provocam sentimentos de ironia ou piedade nos mais experientes, de acordo com a disposição individual de cada um. Aqueles que se divertem em assistir novatos tropeçando e desperdiçando seu tempo no labirinto dos catálogos, negligenciando o que é valioso, e explorando o que é inútil, devem se lembrar que também eles passaram por situações semelhantes: cada um aprende pela própria experiência. Aqueles que observam com pesar este desperdício de tempo e energia consideram que, embora inevitável até certo ponto, não serve a qualquer bom propósito; perguntam-se se não poderia ser feito algo para tornar mais suportável a gravidade deste aprendizado da heurística, que para eles também foi tão difícil. Além disso, já não é a pesquisa, no estado atual de seus recursos materiais, suficientemente difícil qualquer que seja a experiência do pesquisador? Há estudiosos e historiadores que dedicam a maior parte de suas energias para buscar materiais. Certos ramos da pesquisa histórica, relacionados especialmente a temas medievais e modernos (os documentos de história antiga são em menor quantidade, têm sido mais estudados, e são mais catalogados que os demais), não implica apenas o uso assíduo de catálogos, nos quais nem todos possuem índices, mas também uma investigação pessoal de todo o conteúdo das imensas coleções que são ou mal catalogadas, ou não estão, de nenhuma forma, catalogadas. A experiência demonstra, para além de qualquer dúvida, que a perspectiva destas longas pesquisas, que devem ser realizadas antes que a parte mais intelectual do trabalho possa ser iniciada, tem desencorajado indivíduos de excelente capacidade, e continua a impedir o desenvolvimento do trabalho histórico. Eles são, de fato, confrontados com um dilema: ou trabalham com um conjunto de documentos que é muito provavelmente incompleto, ou deverão desperdiçar muito tempo em buscas intermináveis, muitas vezes infrutíferas, cujos resultados raramente parecem compensar o tempo empregado. É

³⁸ Alguns dispensam a investigação pessoal e delegam tal tarefa a funcionários; são estes últimos, então, que realizam em seu lugar as buscas indispensáveis. Vemos em *Bouvard et Pécuchet* como os protagonistas se propõem a escrever a biografia do duque de Angoulême; de fato, “decidiram passar quinze dias na biblioteca municipal de Caen para realizar ali suas pesquisas. O bibliotecário pôs ao seu dispor manuais de história e monografias...”

desalentador passar grande parte da vida revirando catálogos sem índices, ou analisar, um após o outro, todos os itens que formam os documentos acumulados em *miscellanea* não catalogada, a fim de obter alguma informação (positiva ou negativa) que poderia ter sido obtida de forma fácil e instantânea se as coleções fossem catalogadas e se os catálogos tivessem sido indexados.

A principal consequência da presente imperfeição dos materiais para a heurística é o desânimo que, sem dúvida, mantêm-se entre muitos homens capazes que sabem o seu valor, e têm a exata noção da desproporção que existe entre esforço e recompensa³⁹.

Se fosse algo próprio da natureza das coisas que a busca por documentos históricos em depósitos públicos, devesse, necessariamente, ser tão trabalhosa como ainda o é, poderíamos nos resignar à inconveniência: ninguém pensa em lamentar o inevitável gasto de tempo e trabalho que é exigido pela pesquisa arqueológica, independentemente de quais possam ser os resultados obtidos. Mas a imperfeição dos instrumentos modernos de heurística é completamente desnecessária. O estado das coisas era, há alguns séculos, muito pior; não há nenhuma razão válida para que algum dia não possa ser reformada por completo. O que nos leva, depois de termos tratado das causas e das consequências, dizer algumas palavras sobre as soluções.

Os instrumentos de heurística estão sendo continuamente aperfeiçoados, diante de nossos olhos, de duas maneiras. Todos os anos, testemunhamos um aumento no número de catálogos descritivos dos arquivos, bibliotecas e museus, preparados pelos funcionários ligados a estas instituições. Além disso, importantes sociedades científicas buscam contratar especialistas para que cataloguem os documentos existentes em vários depósitos, a fim de escolher todos de um tipo específico, ou relativos a um tema em particular: assim, a sociedade dos Bolandistas produziu um catálogo geral de documentos hagiográficos preparado por seus emissários, e a Academia Imperial de Viena catalogou de maneira semelhante os monumentos da literatura patrística. A sociedade responsável pelos *Monumenta Germaniae Historica* vem conduzindo, há tempos, importantes pesquisas do mesmo tipo; e foi pelo mesmo processo que pesquisas semelhantes em museus e bibliotecas em toda a Europa que foi tornada possível a confecção do *Corpus inscriptionum latinarum*. Afinal, diferentes governos decidiram tomar a iniciativa de enviar correspondentes ao

³⁹ Considerações desenvolvidas na *Revue Universitaire*, 1894, I, pp. 321 e ss.

estrangeiro com o objetivo de catalogar documentos de seu interesse: assim, agentes da Inglaterra, Holanda, Suíça, Estados Unidos, etc., garantiram subsídios regulares para catalogar e transcrever, nos grandes arquivos europeus, os documentos que se referem à história daqueles e outros países.⁴⁰ Com que rapidez e perfeição tão úteis tarefas puderam ser realizadas, sempre que, desde o início, fosse providenciado um grupo de pessoas competentes dirigidas de modo eficaz, e que contasse ao mesmo tempo com um investimento adequado: isso é exemplificado pela história do *Catalogue général des manuscrits des bibliothèques publiques de France*. Este excelente catálogo descritivo iniciado em 1885, alcançou em 1897 quase cinquenta volumes, e logo estará terminado. O *Corpus inscriptionum latinarum* foi produzido em menos de cinquenta anos. Os resultados obtidos pelos Bolandistas e pela Academia Imperial de Viena não são menos conclusivos. Assegurando-se que nada estará faltando, com exceção de investimentos, assegura-se que em breve os estudos históricos estarão dotados com os instrumentos de pesquisa indispensáveis. Os métodos empregados na construção desses instrumentos está estabelecido, e não será difícil trabalhar com pessoal preparado. Esse pessoal deve ser, evidentemente, em sua maior parte composto por arquivistas e bibliotecários profissionais, mas deverá contar com trabalhadores com uma clara vocação para a confecção de catálogos e seus índices. Esses deverão ser mais numerosos do que se poderia acreditar a princípio. Não que a catalogação seja fácil: requer paciência, atenção escrupulosa aos detalhes e um conhecimento diversificado; mas muitas mentes são atraídas por este tipo de tarefas, por serem exatas, capazes de serem realizadas de um modo perfeito e de manifesta utilidade. Na ampla e heterogênea família dos historiadores, há aqueles dedicados a promover o progresso dos estudos históricos que, preparando índices e catálogos descritivos, constituem um grupo à parte. Quando estão devotados exclusivamente à sua arte, adquirem no desempenho de suas atividades, como seria de se esperar, um alto grau de habilidade.

⁴⁰ Sabemos que, quando os Arquivos da Seja Sé foram abertos, vários governos e diferentes sociedades científicas criaram em Roma institutos nos quais os membros estão, em sua maior parte, ocupados em inventariar e publicar os documentos em colaboração com os funcionários do Vaticano. A *École française* de Roma, o Instituto Austríaco, o Instituto da Prússia, a Missão Polaca, o Instituto da “Goerresgesellschaft”, pesquisadores belgas, holandês, espanhóis, portugueses, russos, etc., realizaram e prosseguem realizando consideráveis trabalhos de organização de inventários.

Ainda que se aguarde pelo reconhecimento de que o momento é oportuno para promover internacionalmente a construção de um catálogo geral de todos os documentos históricos, podemos optar por uma medida temporária: é importante que pesquisadores e historiadores, especialmente os principiantes, conheçam de maneira precisa a situação real dos instrumentos de pesquisa a seu alcance, e sejam regularmente informados sobre qualquer aperfeiçoamento que neles pode ter sido realizado. O acaso e a experiência durante muito tempo foram encarregadas de fornecer essa informação; mas o conhecimento empírico, apesar de seus benefícios, como foi dito, é quase sempre incompleto. Recentemente foi colocada em prática a tarefa de preparação de catálogos de catálogos, críticos e sistemáticos. Não há dúvidas de que poucas tarefas bibliográficas possuem um tal caráter de utilidade geral.

Mas os pesquisadores e os historiadores frequentemente precisam, em relação aos documentos, de informações que, em geral, não aparecem nos catálogos descritivos: eles buscariam descobrir, por exemplo, se tal ou tal documento existe ou não, se já foi criticamente analisado, comentado ou utilizado⁴¹. Essas informações só podem ser encontradas nas obras de pesquisadores e historiadores anteriores. Na busca por se familiarizar com tais obras, é preciso recorrer aos “repertórios bibliográficos” propriamente assim chamados, de todos os tipos, elaborados a partir de critérios muito diversos, já publicados. Entre as ferramentas imprescindíveis da heurística, devem ser reconhecidos os registros bibliográficos de literatura histórica, bem como os registros de catálogos de documentos originais.

Fornecer uma relação de todos os registros (registros de catálogos, registros bibliográficos) em conjunto com outros dados com informações apropriadas, que economizem tempo e poupem os estudantes de erros, é o objeto do que poderíamos denominar “ciência dos registros” ou “bibliografia histórica”. Bernheim publicou um primeiro esboço desta disciplina⁴² que nos aventuramos a ampliar⁴³. O esboço ampliado está datado de 1896: numerosas

⁴¹ Os catálogos de documentos mencionam ocasionalmente, mas nem sempre, se um determinado documento foi publicado, atualizado ou utilizado. A regra geralmente admitida é que o redator mencione as circunstâncias deste gênero caso as conheça, sem lhe impor a desonesta tarefa de informar-se de todos os casos particulares.

⁴² E. Bernheim, *Lehrbuch der historischen Methode*, pp. 196-202.

⁴³ Ch.-V. Langlois, *Manuel de bibliographie historique, I, Instruments bibliographiques*, Paris, 1896.

adições, para não falar de correções, seriam necessárias, pois o registro bibliográfico das ciências históricas está sendo renovado, atualmente, com imensa rapidez. Um livro com os registros à disposição de eruditos e historiadores torna-se, como regra geral, antiquado logo assim que é finalizado.

III. O conhecimento dos registros é útil para todos: toda busca preliminar de documentos é laboriosa para todos, mas não no mesmo grau. Certas partes da história, que há tempos são investigadas, possuem hoje a vantagem de possuir todos os seus documentos descritos, conservados e classificados em grandes publicações especializadas; assim, a respeito de tais épocas, o historiador pode trabalhar a partir de seu escritório. O estudo da história local em geral não obriga a pesquisas além das locais. Muitas monografias importantes são baseadas em um número reduzido de documentos, todos pertencentes a uma mesma coleção, e dada a sua natureza, seria supérfluo ampliar a busca em outros locais. Ao contrário, trabalhos mais modestos, como humildes edições de textos dos quais vários exemplares antigos não são raros, e estão dispersos por bibliotecas da Europa, podem envolver pesquisas, negociações e gastos sem fim. Sendo inédita, ou má editada, a maior parte dos documentos da Baixa Idade Média e da época moderna, pode-se colocar como regra geral que, na busca por uma contribuição significativa em história medieval ou moderna, será necessário frequentar durante um tempo considerável os grandes arquivos de documentos originais, além de despendar tempo sobre seus catálogos.

Assim, cada um deve escolher, com o máximo cuidado, o assunto sobre o qual se dispõe a pesquisar, ao invés deixar a decisão à pura sorte. Determinados temas, no estado atual dos recursos documentais, não podem ser abordados senão às custas de enormes pesquisas, nas quais grandes esforços são consumidos com poucos ganhos. Esses temas não são necessariamente mais interessantes que outros, e um dia, talvez amanhã, melhorias dos recursos disponíveis poderão torná-los facilmente administráveis. É necessário que o estudante escolha seu tema de estudo com sensatez e conhecimento entre diferentes temas históricos, de acordo com a existência ou não de inventários de documentos e registros bibliográficos disponíveis; deve-se considerar ainda sua vocação para o trabalho de escritório por um lado, ou a exploração de arquivos, por outro; e deve-se considerar mesmo as condições específicas para o uso de certas coleções em particular. “É possível trabalhar nas províncias?” Renan perguntava durante o Congresso das Sociedades Científicas, em 1889 na Sorbonne; e respondia com inteligência à questão: “Ao menos a metade do trabalho científico pode

ser feito do próprio escritório [...] Tome a filologia comparada, por exemplo: sem mais que um investimento inicial de alguns milhares de francos e a assinatura de três ou quatro revistas especializadas, um estudante poderia dispor de todas as ferramentas para sua atividade [...] Algo semelhante seria possível dizer da filosofia universal [...] Muitos campos de pesquisa permitem trabalhar em um ambiente privado, e nos lugares mais remotos”⁴⁴. Sem dúvida, mas há “raridades, especialidades, pesquisas que exigem toda uma maquinaria poderosa”. Cerca de metade do trabalho pode ser feito a partir de seu escritório, com recursos limitados, mas apenas metade; a outra metade exige ainda uma disponibilidade de meios, com relação a catálogos e documentos, que podem ser encontrados apenas em grandes instituições; frequentemente, inclusive, é necessário visitar várias delas sucessivamente. Resumindo, ocorre com a história algo semelhante ao que acontece com a geografia: em relação a determinadas regiões, dispomos de documentos publicados de maneira bastante completa e bem ordenada, de modo que podemos falar deles sem sair de casa; já no caso de uma região inexplorada ou mal conhecida, a mais insignificante monografia exige um considerável investimento de tempo e energia. É perigoso escolher um tema de estudo, como muitos fazem, sem ter percebido em primeiro lugar a natureza e extensão das pesquisas preliminares que se fazem necessárias; há casos de indivíduos que se mantiveram ocupados durante anos com tais pesquisas, sendo que poderiam ter abordado temas diferentes. Como precauções contra este perigo, que é mais formidável aos mais ativos e entusiasmados iniciantes, um exame das condições atuais da heurística em geral, além de noções de bibliografia histórica, são certamente bastante recomendáveis.

⁴⁴ E. Renan, *Feuilles détachées*, Paris, 1892, pp. 96 e ss.